

Capítulo I

CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL 27

1. Constituição e constitucionalismo 27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais 32
3. A unidade normativa da Constituição 40

Capítulo II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO 43

1. Considerações iniciais 43
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do controle de constitucionalidade 44
 - 2.1. Conceito 44
 - 2.2. Pressupostos 45
 - 2.2.1. A Constituição escrita e formal 46
 - 2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema 46
 - 2.2.3. A previsão de órgão competente 47
 - 2.3. O Controle Judicial de Constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações 49

Capítulo III

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO 71

1. O sistema “americano” da judicial review of legislation ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o leading case William Marbury v. James Madison 73
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen 85

3.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	95
3.1.	A Constituição de 1824	95
3.2.	A Constituição de 1891	96
3.3.	A Constituição de 1934	97
3.4.	A Constituição de 1937	98
3.5.	A Constituição de 1946	99
3.6.	A Constituição de 1967/69	100
3.7.	A Constituição de 1988	100

Capítulo IV

MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 105

1.	Quanto ao parâmetro do controle	105
2.	Quanto ao objeto do controle	108
3.	Quanto ao momento da realização do controle	109
4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	111
5.	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	113
6.	Quanto ao modo de manifestação do controle.....	114
7.	Quanto à finalidade do controle	116

Capítulo V

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 117

1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	117
2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade	118
2.1.	A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	120
2.2.	O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	122
2.3.	A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	123
2.4.	O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	133
2.4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto	133
2.4.2.	Objeto	142
2.4.3.	Legitimidade ativa.....	143

2.4.4. Legitimidade passiva	144
2.4.5. Competência.....	146
2.4.6. Decisão e seus efeitos.....	147
2.4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016.	162
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	164
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	165
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	171
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade	174
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	177

Capítulo VI

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 193

1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	193
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade	194
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as ações diretas.....	201
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF	206
4.1. A intervenção do particular.....	207
4.2. A intervenção do colegitimado	209
4.3. A intervenção do “amicus curiae”.....	212
4.4. A intervenção do amicus curiae no CPC/2015.....	220

Capítulo VII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 223

1. Origem, conceito e finalidade	223
2. Legitimidade ad causam.....	224
3. Competência	232
4. Parâmetro e objeto.....	237
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	250

5.1. Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	251
5.2. Da intervenção do amicus curiae em Ação Direta de Inconstitucionalidade	253
5.3. Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade....	256
6. Decisão e efeitos	256
6.1. Modulação dos efeitos gerais e temporais	263
6.2. Técnicas de decisão e efeitos	266

Capítulo VIII

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO..... 271

1. Origem e generalidades	271
2. Natureza, finalidade e procedimento	272
2.1. Possibilidade de medida cautelar.....	275
3. Legitimidade ad causam e competência	276
4. Parâmetro e objeto.....	277
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	277
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	280
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades.....	281
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial.....	282
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material.....	287
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....	288
4.4. As omissões controláveis	288
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado.....	290
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988....	293
5. Decisão e seus efeitos.....	297
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção”	308

Capítulo IX

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) 311

1. Origem, conceito e finalidade	311
2. Legitimidade ad causam.....	314
3. Competência	315
4. Parâmetro e objeto.....	315
5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011	317

6. Da medida liminar	319
7. Decisão e efeitos	319

Capítulo X

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	323
1. Origem, conceito e finalidade	323
2. Legitimidade ad causam	324
3. Competência	325
4. Parâmetro e objeto	326
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	326
6. Decisão e efeitos	328

Capítulo XI

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	331
1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	331
2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais	338
3. Conceito de “descumprimento” na arguição	343
4. Modalidades da arguição de descumprimento	344
5. Arguição direta ou autônoma	346
5.1. Legitimidade ad causam	346
5.2. Competência	352
5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99	353
5.4. Medida liminar	356
5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	357
5.5.1. Atos normativos	358
5.5.2. Atos não normativos	360
5.5.3. Atos municipais	361
5.5.4. Atos anteriores à Constituição	363
5.5.5. Atos políticos	364
5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	366
5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	369
5.6. Decisão e seus efeitos	371
6. Arguição incidental	375

6.1. Legitimidade ad causam	379
6.2. Objeto.....	382
6.3. Controvérsia constitucional relevante.....	382
7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	384
8. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do Poder Público	393
9. A arguição de descumprimento de preceito fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional	397
9.1. O Estado de Coisas Inconstitucional.....	397
9.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF)	397

Capítulo XII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS 399

1. Considerações gerais.....	399
2. O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	399
3. O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados.....	404

Capítulo XIII

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA E AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 23 DE JULHO DE 2008 411

1. Considerações Iniciais	411
2. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional	412
3. Composição do Conselho Constitucional.....	413
4. Competência do Conselho Constitucional.....	414
4.1. O Controle Preventivo de Constitucionalidade.....	414
4.2. A Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	415
5. Considerações finais.....	418

Capítulo XIV

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL..... 421

1. Considerações Iniciais	421
2. A fiscalização de constitucionalidade antes da Constituição de 1976.....	422

3. A fiscalização de constitucionalidade no texto inicial da Constituição de 1976.....	424
4. A fiscalização de constitucionalidade na Constituição de 1976 após a Revisão Constitucional de 1982 e o atual sistema português de fiscalização de constitucionalidade.....	426

Capítulo XV

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CHILE, COLÔMBIA, PERU, EQUADOR, BOLÍVIA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA E BÉLGICA 435

1. Considerações Iniciais	435
2. O Controle de Constitucionalidade no Chile.....	435
3. O Controle de Constitucionalidade na Colômbia.....	440
4. O Controle de Constitucionalidade no Peru	444
5. O Controle de Constitucionalidade no Equador	445
6. O Controle de Constitucionalidade na Bolívia.....	449
7. O Controle de Constitucionalidade na Alemanha	451
8. O Controle de Constitucionalidade na Espanha	453
9. O Controle de Constitucionalidade na Itália.....	455
10. O Controle de Constitucionalidade na Bélgica	457

BIBLIOGRAFIA 461